

NOTAS EXPLICATIVAS DOS BALANÇOS CONTÁBEIS DA LEI Nº. 4.320/1964 DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014

DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, CNPJ nº 83.102.285/0001-07, estabelecido na Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, Balneário Camboriú/SC. As demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, da Lei nº 3.596/2013 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do município de Balneário Camboriú para o exercício de 2014; da Lei 3.651/2013 que estima a receita e fixa a despesa do orçamento do município de Balneário Camboriú para o exercício financeiro de 2014.

Justificamos o atraso do envio dos relatórios da Lei Nº 4.320/64 devido a grande carga de trabalho inicial para a adoção do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e também as inconsistências encontradas nos relatórios disponibilizados pelo e-sfinge que tiveram que ser gerados duas vezes para a correta validação das informações da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO CATEGORIAS ECONÔMICAS

O Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, demonstrando o superávit ou déficit apurado entre receitas e despesas dentro de cada das Categorias Econômicas. O Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas demonstra no 'Resumo' o resultado apurado da diferença entre as receitas e despesas e as transferências financeiras recebidas e concedidas durante o exercício financeiro, da mesma forma que o Anexo 12 – Balanço Orçamentário.

ANEXO 10 – COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

O Demonstrativo do e-sfinge apresentou diferença na coluna da receita orçada de R\$ 59.800,00 nos códigos de deduções 12109900 (R\$ 58.800,00) e 721029101 (1.000,00). Sendo o valor total Orçado de R\$ 655.583.255,00, Receita Arrecadada R\$ 568.880.151,28 e a Diferença R\$ 86.703.103,72.

ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário foi elaborado conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário do exercício. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária, permitindo uma análise e comparativo entre os mesmos. O resultado da execução orçamentária foi superavitário em R\$ 34.769.982,69, demonstrando gastos inferiores aos valores arrecadados durante o exercício.

O demonstrativo do e-sfinge apresentou diferença na fixação da despesa créditos orçamentários na comparação com o relatório gerado pelo sistema de contabilidade utilizado no Município. O Valor correto para fixação da despesa crédito orçamentário é de R\$ 813.949.328,65.

ANEXO 13 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro foi elaborado conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O saldo financeiro total para o exercício seguinte é de R\$ 399.830.344,82, incluso nesse valor os ativos financeiros do RPPS no valor de R\$ 207.268.624,39, e demais ativos vinculados da administração Direta e Indireta do Município.

ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial foi elaborado conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Está estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública:

- (a) Ativo - compreende as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos;
- (b) Passivo compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, bem como as provisões;
- (c) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos;

As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 350.351.342,14, sendo R\$ 205.948.262,68 do RPPS.

No Saldo Patrimonial, está evidenciado o resultado do período apurado no Anexo 15 -Demonstração das Variações Patrimoniais acrescido aos resultados acumulados de períodos anteriores.

ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. As variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais e afetam o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo Deficitário no valor de R\$ 41.023.936,76. O cancelamento de Dívida Ativa no valor de R\$ 11.777.710,24, foi baseado em Processos

Administrativos devidamente analisados pelos setores competentes e encontram-se arquivados para análise por parte do controle externo. Os Precatórios do exercício foram todos quitados bem como foram inscritos os do exercício seguinte, conforme determinação legal. O município contraiu Operação de Crédito durante o exercício para financiamento de obra pública que se encontra em andamento. Durante o exercício também foram cancelados Restos a Pagar na ordem de R\$ 9.022.757,84. Em detrimento as normas de contabilidade foram provisionadas o valor de R\$ 33.805.118,97 para possíveis perdas com a Dívida Ativa e que impactou consideravelmente no Déficit verificado no Exercício. Com relação ao RPPS foram registradas as provisões e reversões advindas do Cálculo Atuarial realizado no exercício.

ANEXO 16 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA E EXTERNA

A Demonstração da Dívida Fundada foi elaborada conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Evidencia as Operações de Créditos, os Débitos Consolidados e Precatórios inscritos e movimentados durante o exercício, demonstrando ainda o saldo da dívida para o exercício seguinte. A análise do anexo demonstra que o Município inscreveu e baixou dívidas em valores equivalentes durante o exercício. Todos os precatórios a vencer foram inscritos conforme determinação legal, tendo seus valores inclusos na Lei do Orçamento para o exercício seguinte.

O demonstrativo do e-sfinge apresentou o valor divergente no montante da operação de crédito interna em comparação ao relatório do sistema de contabilidade utilizado no município. O valor correto para operação de crédito interna é de R\$ 19.775.241,23 totalizando uma dívida fundada de R\$31.176.009,10. A diferença mencionada é justificada no comunicado oficial emitido pelo Tribunal de Conta do Estado de Santa Catarina no dia 20 de Maio de 2013. Encaminhamos em anexo o relatório (Anexo 16) demonstrando os valores corretos para a apreciação do Tribunal de contas do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A Demonstração da Dívida Flutuante foi elaborada conforme regras estabelecidas no Manual de Orientações para elaboração das Demonstrações Contábeis, definido pelo TCE e de acordo com a Lei 4.320/64. Representa as obrigações a pagar, exigíveis no curto prazo, exclusivamente do Passivo Financeiro, incluindo os Restos a Pagar Não Processados que representam as despesas empenhadas e ainda não liquidadas/executadas. O valor total exigível, apurado em 31/12/2014 é de R\$ 49.804.820,13, sendo o maior valor para a conta de Restos a Pagar não Processados.

Balneário Camboriú, 19 de Outubro de 2015.

GUSTAVO MANOEL ESPÍNDOLA
CONTADOR CRC/SC-032207/O-0